


GOEMIL S.A. INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

C.N.P.J.: 07.657.789/0001-05 - Registro Junta Comercial de GO n: 52300012805

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.				RELATÓRIO DA DIRETORIA:			
(Valores em milhares de reais - R\$)				Senhores Acionistas: Em conformidade com o exposto no Estatuto Social e legislação vigente, submetemos à apreciação de vossas senhorias, as Demonstrações Financeiras de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página deste mesmo jornal na internet, relativas ao exercício findo em 31/12/2025 e 31/12/2024, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente. Palmeiras de Goiás (GO), 28 de janeiro de 2026. A Diretoria.			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	89.576	78.784	Fornecedores	12	4.065	8.180
Aplicações financeiras	6	94.617	135.387	Outras obrigações		637	166
Contas a receber de clientes	7	50.050	49.818	Obrigações sociais e trabalhistas		3.812	3.428
Tributos a recuperar	9	2.283	2.261	Obrigações tributárias	13	7.396	10.407
Adiantamentos a terceiros		239	150	Dividendos a pagar	17.b	36.911	10.765
Estoques	8	47.532	52.945	Total do passivo circulante		52.821	32.946
Despesas antecipadas		149	816				
Total do ativo circulante		284.446	320.161	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE				Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	14	18	159
Aplicações financeiras	6	4.695	13.238	Impostos e contribuições sociais diferidas	21	1.288	1.803
Depósitos judiciais		41	189	Dividendos a pagar	17.b	30.593	-
Tributos a recuperar	9	238	203	Total do passivo não circulante		31.899	1.962
Investimentos		976	789				
Ativo biológico	11	9.286	7.418	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	10	85.406	74.848	Capital social	17.a	200.000	160.000
Intangível	10	166	202	Reserva de incentivos fiscais	17.b	73.894	75.998
Total do ativo não circulante		100.808	96.887	Reserva legal	17.b	20.907	17.074
				Reserva de lucros	17.b	5.733	129.068
TOTAL DO ATIVO		385.254	417.048	Total do patrimônio líquido		300.534	382.140
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		385.254	417.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024. (Valores em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	76.662	60.648
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	76.662	60.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024. (Valores em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	487.097	452.419
Custos dos produtos vendidos	19	(362.967)	(346.603)
Lucro operacional bruto		124.130	105.816
Despesas (receitas) operacionais:			
Despesas comerciais	19	(27.193)	(25.396)
Despesas gerais e administrativas	19	(9.922)	(7.863)
Outras receitas (despesas) líquidas		(2.380)	(1.127)
		(39.495)	(34.386)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		84.635	71.430
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO:			
Despesas financeiras	20	(57)	(41)
Receitas financeiras	20	29.926	19.104
Variação cambial líquida	20	(20)	-
		29.849	19.063
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO		114.484	90.493
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	21	(38.336)	(30.536)
Diferidos	21	514	691
		(37.822)	(29.845)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		76.662	60.648
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,38	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.484	90.493
Ajustado por:		
Depreciação do ativo imobilizado	5.382	5.165
Amortização do ativo intangível	77	104
Exaustão de ativo biológico	3.659	3.117
Perda do imobilizado e intangível baixado	91	159
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	29	1
Perda de ativo biológico baixado	-	382
Ganho processo ICMS na base do PIS e COFINS	-	(7)
Rendimento de aplicações financeiras	(14.145)	(13.124)
Deságio de aplicações financeiras	36	-
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(173)	176
Provisão (reversão) para realização de estoque	(262)	172
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(141)	(628)
Ajuste a valor justo do ativo biológico	366	-
Aumento (redução) nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(59)	(2.724)
Tributos a recuperar	(57)	19.916
Estoques	5.675	15.087
Outras contas a receber	726	(832)
Fornecedores	(4.115)	(23.176)
Impostos e contribuições tributárias	(4.340)	(5.133)
Obrigações sociais e trabalhistas	384	1.138
Outras contas a pagar	471	(743)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.832)	(18.458)
Recursos líquidos originados pelas atividades operacionais	74.256	71.085
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(16.060)	(18.619)
Aquisição de ativo intangível	(41)	(92)
Aquisição do ativo biológico	(5.893)	(3.610)
Aquisições em aplicações financeiras	(181.194)	(162.332)
Resgate de aplicações financeiras	241.441	133.238
Aquisição de outros investimentos	(187)	(253)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento	38.066	(51.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(101.530)	(7.292)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(101.530)	(7.292)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	10.792	12.125
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	78.784	66.659
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	89.576	78.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	160.000	61.442	100.419	14.042	-	335.903
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.648	60.648
Reserva incentivos fiscais doação e subvenção	-	14.556	-	-	(14.556)	-
Reserva legal	-	-	-	3.032	(3.032)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(10.765)	(10.765)
Reserva de lucros	-	-	32.295	-	(32.295)	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	160.000	75.998	129.068	17.074	-	382.140
Integralização de capital	40.000	(30.000)	(10.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	76.662	76.662
Reserva incentivos fiscais doação e subvenção	-	27.896	-	-	(27.896)	-
Reserva legal	-	-	-	3.833	(3.833)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(11.233)	(11.233)
Reserva de lucros	-	-	33.700	-	(33.700)	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(147.035)	-	-	(147.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	200.000	73.894	5.733	20.907	-	300.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando especificado)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Goemil S.A. Indústria de Produtos Alimentícios ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Área Rural, S/N, km 07, Área Rural de Palmeiras de Goiás, em Palmeiras de Goiás - GO e tem por objeto social a indústria e comércio de produtos alimentícios, como feijão, soja, sementes oleaginosas e similares, assim como a refinação de óleos e gorduras vegetais, proteínas, condimentos, aditivos e ração animal, comércio de insumos agrícolas, como adubo, calcário e outros, objetivando fomentar o plantio de cultivos de soja, importação e exportação, florestamento e reflorestamento, serviços de administração de negócios e prestação de serviços inerentes ao objeto social.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas pressupondo a continuidade operacional da empresa, a qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 07, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 28 de janeiro de 2026.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
a) Bases de elaboração

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda principal das operações e do ambiente em que a Companhia atua. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data da transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim de cada exercício. As variações cambiais sobre itens

monetários em moeda estrangeira são reconhecidas na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, de liquidez imediata, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. A Companhia não possui operações com aplicações financeiras de natureza decorrente de derivativos ou cotados no mercado ativo.

e) Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e reduzidos, quando aplicável, ao seu valor presente na data do balanço patrimonial. A necessidade de constituição de provisão para perda estimada é avaliada com base na perda esperada, levando em consideração a experiência passada de inadimplência da Companhia e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, líquido dos impostos recuperáveis quando aplicáveis, os quais não superam o valor líquido de realização.

g) Ativo biológico

Os ativos biológicos, representados por florestas de eucalipto, estão registrados pelo custo de formação das florestas e pelo ajuste ao valor justo sobre o custo de formação. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado ativo e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado.

h) Imobilizado e intangível

Estão demonstrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e das respectivas depreciações e amortizações.

Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado e intangível, a depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, e as taxas atualmente adotadas estão consistentes com o ano anterior, como segue:

Taxa de depreciação (% ao ano)

Benfeitorias e instalações	4% - 10,0%
Máquinas e equipamentos	4% - 12,5%
Edificações e silos	2,5% - 4,35%
Móveis, utensílios e informática	6,67% - 33,33%
Veículos	12,5%
Intangível	0% - 33,33%

Se houver uma indicação de que ocorreu uma mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

j) Fornecedores

Representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios demonstradas pelos valores originais de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos fornecedores.

k) Instrumentos financeiros
Classificação e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (3) passivos financeiros mensurados pelo valor de custo amortizado.

A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo:

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no

resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos diretamente no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

l) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto a pagar é apurado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração de resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Empresa é regida pelo regime de tributação do lucro real, e o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) é calculada com base nas alíquotas vigentes (15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) no fim do exercício.

m) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados.

Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substancialmente promulgadas até o final do período do relatório.

n) Demais ativos, passivos e não circulantes

São classificados no circulante e não circulante e obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais.

o) Reconhecimento da receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receitas de contratos com clientes, a receita é reconhecida na extensão em que a empresa transfere o controle dos bens ao cliente.

p) Estimativas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perda estimada, desvalorização dos estoques e realização de impostos diferidos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

q) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como subvenções a realizar pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas ou redutoras da despesa de mesma natureza em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA COMPANHIA

A Administração considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que não há impactos significativos. Abaixo estão as normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2025:

Norma	Requerimento
Alteração das normas IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação das Demonstrações Financeiras	Esclarece requisitos para as Entidades que aplicam a norma para a apresentação e divulgação e informações em Demonstrações Financeiras. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregateiras estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

Na opinião da Administração, não haverá impacto significativo da nova norma e das alterações de normas mencionadas acima, no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026.

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Dinheiro em caixa	1	1
Depósitos bancários em conta corrente	18	26
Aplicações financeiras de liquidez imediata	89.557	78.757
Total	89.576	78.784

Estão representados por saldos em caixa e em instituições financeiras, sendo em aplicações financeiras de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em dinheiro e por depósitos bancários disponíveis. As aplicações financeiras, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são indexados de 99% a 101,25% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI em 31 de dezembro de 2025 (99% do CDI em 2024).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	97.892	147.388
Letras Financeiras	1.420	1.237
Total	99.312	148.625

Aplicações financeiras Curto Prazo	94.617	135.387
Aplicações financeiras Longo Prazo	4.695	13.238

As aplicações financeiras de renda fixa realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs apresentam rendimento no curto prazo entre 101,8% a 109% (103% a 113% do CDI em 2024) e, no longo prazo entre 103,5% e 107,5% (107,5% a 120% do CDI em 2024). Já as Letras Financeiras apresentam uma faixa de rendimento no longo prazo de 103% (103% em 2024).

Todas as operações são indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI ao ano, com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e com carência superior a noventa dias para resgate e as aplicações financeiras de longo prazo possuem carência superior a um ano a partir da data da aplicação para resgate.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Distribuição dos títulos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Clientes mercado interno		53.561	53.502
(-) Provisão para perda de crédito estimada		(3.511)	(3.684)
Total a receber		50.050	49.818

O prazo médio de recebimento na venda de produtos é de 52 dias (51 dias em 2024). São cobrados juros sobre as contas a receber a partir da data do vencimento da fatura. A média dos juros anuais é de 13,34% sobre o saldo a receber (5,16% em 2024).

Composição das contas a receber de clientes é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	49.955	49.736
Valores vencidos:		
Até 30 dias	95	202
Entre 31 e 90 dias	-	90
Entre 91 até 180 dias	-	111
Acima de 180 dias	3.511	3.363
Total	53.561	53.502

A provisão para perda de crédito estimada é constituída com base na análise individual das contas a receber em aberto da Companhia e em experiências passadas de inadimplência. A Companhia mantém os procedimentos para recuperar tais créditos e não possui garantias para esses saldos. A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial de provisão para perda de crédito estimada	(3.684)	(3.508)
Perdas baixadas	17	-
Reversões do exercício	198	122
Provisões do exercício	(42)	(298)
Total da provisão para perda de crédito estimada	(3.511)	(3.684)

8. ESTOQUES

	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima	34.900	29.314
Produtos acabados	7.919	19.769
Almoxarifado	4.883	4.294
Provisão para obsolescência	(170)	(432)
Total estoques	47.532	52.945

A movimentação da provisão de obsolescência em estoques está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial de provisão de estoques obsoletos	(432)	(260)
Provisão para obsolescência	-	(177)
Reversão da provisão para obsolescência	262	5
Saldo final de provisão de estoques obsoletos	(170)	(432)

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
PIS	261	-	302	-
COFINS	1.120	-	1.334	-
ICMS	356	238	322	203
IPI	155	-	90	-
Outros impostos	391	-	213	-
Total	2.283	238	2.261	203

Os saldos remanescentes de ICMS, IPI, PIS e COFINS referem-se substancialmente a créditos sobre aquisições de estoques e de imobilizado, que serão recuperados conforme legislação em vigor. A Companhia não prevê riscos relativos a não realização desses créditos tributários.

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição e movimentação do imobilizado e intangível

Custo do imobilizado/intangível/outros ativos	Terrenos	Benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Edificações e silos	Móveis, utensílios e informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Peças de reposição	Total imobilizado	Intangível	Outros ativos	Total imobilizado/intangível/outros ativos
Saldo em 31/12/2023	9.706	16.748	42.293	33.828	2.834	106	1.692	-	107.207	700	3	107.910
Adições	8.288	67	2.255	19	363	236	6.372	1.019	18.619	92	-	18.711
Baixas	-	-	(308)	-	(121)	-	-	-	(429)	-	(3)	(432)
Transferências	-	280	1.663	614	324	-	(2.882)	-	(1)	1	-	-
Saldo em 31/12/2024	17.994	17.095	45.903	34.461	3.400	342	5.182	1.019	125.396	793	-	126.189
Adições	9	44	1.849	-	255	-	13.403	471	16.031	41	-	16.072
Baixas	-	(12)	(46)	-	(76)	(47)	-	-	(181)	-	-	(181)
Transferências	-	837	2.535	1.194	67	-	(4.633)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	18.003	17.964	50.241	35.655	3.646	295	13.952	1.490	141.246	834	-	142.080

Depreciação/amortização acumulada	Terrenos	Benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Edificações e silos	Móveis, utensílios e informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Peças de reposição	Total imobilizado	Intangível	Outros ativos	Total imobilizado/intangível/outros ativos
Saldo em 31/12/2023	-	(9.584)	(25.675)	(9.056)	(1.278)	(60)	-	-	(45.653)	(487)	(3)	(46.143)
Adições	-	(991)	(2.965)	(935)	(257)	(17)	-	-	(5.165)	(104)	-	(5.269)
Baixas	-	-	169	-	101	-	-	-	270	-	3	273
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	(10.575)	(28.471)	(9.991)	(1.434)	(77)	-	-	(50.548)	(591)	-	(51.139)
Adições	-	(1.019)	(3.073)	(954)	(297)	(39)	-	-	(5.382)	(77)	-	(5.459)
Baixas	-	3	21	-	32	34	-	-	90	-	-	90
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	(11.591)	(31.523)	(10.945)	(1.699)	(82)	-	-	(55.840)	(668)	-	(56.508)

Imobilizado/intangível/outros ativos líquidos	Terrenos	Benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Edificações e silos	Móveis, utensílios e informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Peças de reposição	Total imobilizado	Intangível	Outros ativos	Total imobilizado/intangível/outros ativos
Saldo em 31/12/2024	17.994	6.520	17.432	24.470	1.966	265	5.182	1.019	74.848	202	-	75.050
Saldo em 31/12/2025	18.003	6.373	18.718	24.710	1.947	213	13.952	1.490	85.406	166	-	85.572

b) Outras informações

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment"): a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos na data do balanço.

Aquisições relevantes:

Em dezembro de 2024 foi adquirido uma área de terras, com 338 hectares localizada na cidade de Cachoeira de Goiás, no estado de Goiás, com a finalidade de plantio e colheita de madeira de Eucalipto.

O imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 refere-se ao projeto de implantação do sistema de moagem da Proteína Texturizada de Soja (PTS), voltado à otimização dos processos internos, além da instalação de um novo silo de armazenagem e melhorias nos prédios e máquinas da Companhia. A conclusão substancial dos projetos está prevista para o segundo semestre de 2026.

Em 2025 houve a reclassificação do estoque para ativo imobilizado no valor de R\$ 471 (R\$1.019 em 2024) conforme diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 27, por se tratar de itens que são utilizados somente em conexão com o ativo imobilizado em uso.

11. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos compreendem, o cultivo e plantio de florestas de eucalipto, oriundas de mudas geneticamente modificadas, selecionadas de acordo com as características do bioma ao qual serão plantadas. Após atingir o grau de maturação necessário, será utilizado como biomassa para abastecimento e geração de vapor para a Indústria.

Composição	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023		7.307	-
Plantio e formação		3.610	-
Exaustão		(3.117)	-
Perdas biológicas		(382)	-
Saldo em 31/12/2024		7.418	-
Plantio e formação		5.893	-
Exaustão		(3.659)	-
Perdas biológicas		-	-
Valor justo ativo biológico		(366)	-
Saldo em 31/12/2025		9.286	-

A partir do segundo semestre de 2025 a Companhia iniciou a preparação do solo e o plantio de mudas de eucalipto na Fazenda Tambaú, localizada no município de Cachoeira de Goiás, Estado de Goiás.

A Companhia avaliou e mensurou os impactos do valor justo em conformidade com o CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, o qual exige a segmentação dos ativos biológicos conforme seu estágio de desenvolvimento e sua capacidade de gerar benefícios econômicos. Em 2025, foi reconhecida uma perda no valor justo do ativo biológico no montante de R\$366 (zero em 2024) decorrente dessa mensuração.

12. FORNECEDORES

Composição	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores terceiros		4.065	8.106
Fornecedores partes relacionadas	16	-	74
Total		4.065	8.180

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Composição	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	685	561
IRPJ	3.935	6.825
CSLL	2.486	2.835
Outros tributos	290	186
Total	7.396	10.407

14. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

a) A Companhia possui processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, e de acordo com a opinião de assessores jurídicos segue abaixo o montante das contingências classificadas como provável.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	5	159
Cíveis	13	-
Total	18	159

Em 31 de dezembro de 2025, as contingências com probabilidade de perda possível totalizaram R\$28.270 (R\$3.306 em 2024), sendo R\$65 (R\$326 em 2024) em perdas trabalhistas, R\$152 (R\$12 em 2024) em perdas cíveis e R\$28.053 (R\$2.643 em 2024) em perdas tributárias.

A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás em razão de suposta omissão no recolhimento de ICMS, decorrente do não estorno ou estorno a menor de créditos vinculados a operações beneficiadas por incentivos fiscais, além da apropriação de créditos considerados indevidos no período de 2022 e 2023. O crédito tributário lançado totaliza R\$19.088, sendo composto por ICMS de R\$6.959, multa de R\$6.959 e juros de R\$5.170. O processo permanece em tramitação na esfera administrativa.

As perdas tributárias possíveis referem-se a autos de infração de ICMS relacionados à aquisição de soja, ao aproveitamento de créditos considerados indevidos, à ausência de escrituração de documentos fiscais e a divergência no cálculo do Protese. Tais autos foram lavrados pela SEFAZ do Estado de Goiás, estando a Companhia com impugnação e defesa devidamente protocoladas na Primeira Instância do Conselho Administrativo do Estado de Goiás.

b) Movimentação das provisões

	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Total provisões
Saldo em 31/12/2023	407	380	787
Reversão da provisão	(43)	(380)	(423)
Liquidação	(209)	-	(209)
Constituição de provisão	4	-	4
Saldo em 31/12/2024	159	-	159
Reversão da provisão	-	-	-
Liquidação	(154)	-	(154)
Constituição de provisão	-	13	13
Saldo em 31/12/2025	5	13	18

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) **Considerações gerais** - a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar e obrigações e estão contabilizados pelos seus valores de mercado ou próximos ao valor de mercado.

(b) **Valor de mercado** - considerando a natureza, o prazo e as características dos instrumentos financeiros os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/ realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado.

(c) Fatores de risco que podem afetar os negócios

Risco de preço das commodities: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada por meio de vendas antecipadas diretamente com os clientes, bem como compras antecipadas diretamente com os fornecedores.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativo (aplicações) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas de taxas variáveis para fixas.

Risco de crédito: a política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez: é o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

(d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	89.576	78.784
Aplicações financeiras	99.312	148.625
Contas a receber de clientes	50.050	49.818
Total	238.938	277.227
Passivos		
Fornecedores	4.065	8.180
Total	4.065	8.180

16. PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações com partes relacionadas referem-se às operações com as empresas controladoras, que exercem controle compartilhado e operações com a parte relacionada indireta e suas subsidiárias.

	31/12/2025			31/12/2024			
	Nota S.A.	Baldo Paró	Outros	Total	Baldo S.A. e Ela	Paró Outros	Total
Balanco patrimonial:							
Dividendos a pagar	17.b	33.751	33.751	- 67.502	5.383	5.382	- 10.765
Fornecedores	12	-	-	-	-	-	74 74
Demonstração do resultado do exercício:							
Vendas de produtos	18	163	-	163	-	-	-
Venda de imobilizado	-	-	-	-	18	-	18
Compras/Despesas	-	-	204	204	30	-	263 293

As rubricas com a controladora Baldo S/A Comércio Indústria e Exportação caracterizam-se pelas compras, vendas, distribuições de dividendos e despesas, já com a controladora Paró caracterizam-se pela distribuição de dividendos.

Em 2024 e 2025 a Companhia possui transações com a parte relacionada indireta Enne Participações Ltda relacionada a despesas de serviços.

Foi pago durante o exercício de 2025, a título de remuneração dos administradores (incluindo salários e benefícios), o montante de R\$2.296 (R\$1.361 em 2024).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social da Companhia é de R\$200.000 (R\$160.000 em 2024), dividido em 200 mil ações ordinárias nominativas, todas no valor nominal de R\$1 (um real) cada.

b) Reservas de lucros

i) Reservas de incentivos fiscais

A Companhia é beneficiária de subvenções e assistências governamentais, as quais encontram-se registradas em conformidade com o pronunciamento CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A reserva de incentivos fiscais refere-se a:

(a) Incentivo de uma área de terrenos de R\$240, no qual a Companhia está instalada originado no início das atividades.

(b) Incentivo do Produzir conforme TARE nº 1364/2019, sendo que o objeto e contrapartida para usufruir o benefício foi a instalação da fábrica em Goiás. O incentivo é apurado conforme premissas do TARE e a apuração é a partir de 73% do saldo devedor de ICMS e, no exercício de 2025 foi registrado o valor de R\$12.572 (R\$227 em 2024).

(c) Crédito outorgado de ICMS no percentual de 5% nas operações internas de aquisição de produto agrícola no estabelecimento concedido de forma facultativa conforme Lei 14.543/03. A Companhia passou a fazer o uso da legislação a partir de fevereiro de 2021, no exercício de 2025 foi registrado o valor de R\$15.323 (R\$14.329 em 2024).

ii) **Reserva legal:** constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 se refere a 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social.

iii) **Dividendos:** Nos termos do Estatuto Social, será atribuído em cada exercício, um dividendo mínimo de 25%, do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária. A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos da lei, ou a retenção de todo lucro. A Companhia não realiza nenhum outro ajuste na base de cálculo dos dividendos além dos expressamente estabelecidos no art. 202 da Lei 6.404. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório pode ser assim demonstrado:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	76.662	60.648
Reserva legal - 5%	(3.833)	(3.032)
Reserva de incentivos fiscais	(27.896)	(14.556)
Base de cálculo - dividendos obrigatórios	44.933	43.060
Dividendos obrigatórios - 25%	11.233	10.765
Dividendos por ação (R\$ por ação)	0,06	0,07

Em 10 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi deliberada a aprovação de pagamento dos dividendos propostos de R\$10.765 no exercício de 2024 e a distribuição e pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$10.765 sobre o resultado do exercício de 2024, totalizando o valor pago de R\$21.530.

Adicionalmente, em 04 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a distribuição e o pagamento de dividendos adicionais no montante total de R\$145.593, sendo R\$37.290 referentes ao resultado intermediário apurado em 31 de outubro de 2025 e R\$108.303 provenientes do saldo de reservas de lucros apurado em 31 de dezembro de 2024, dos quais R\$80.000 foram pagos em dezembro de 2025, permanecendo R\$35.000 a serem pagos no segundo decêndio de outubro de 2026 e R\$30.593 no segundo decêndio de outubro de 2027.

iv) **Reserva de lucros:** refere-se ao lucro remanescente constituído pela Companhia no exercício de 2025.

v) **Resultado por ação:** o resultado por ação é demonstrado a seguir.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	76.662	60.648
Número de ações ordinárias	200.000	160.000
Resultado líquido por ação (R\$ por ação)	0,38	0,38

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas mercado interno		505.526	480.856
Receita de vendas p/ partes relacionadas	16	163	-
Receita de vendas mercado externo		549	-
Prestação de serviços		124	98
Total receita bruta		506.362	480.954
Devoluções/abatimentos		(4.454)	(4.578)
Tributos e taxas incidentes sobre vendas		(52.424)	(47.727)
Incentivo ICMS Produzir		12.572	227
Crédito outorgado de ICMS	17	15.323	14.329
Crédito presumido de PIS e COFINS		9.718	9.214
Total das deduções da receita bruta		(19.265)	(28.535)
Total da receita líquida de vendas		487.097	452.419

A Companhia possui crédito presumido de PIS e COFINS sobre as vendas de produtos derivados de soja, cujas alíquotas aplicáveis variam entre 1,2% e 2,5%, variando de acordo com os itens produzidos, conforme Lei 12.865/2013.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Segue abaixo a composição dos custos e despesas por natureza conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	2025	2024
Matérias-primas, materiais de produção e serviços	(340.020)	(322.825)
Custos não apropriados	(1.575)	(4.304)
Depreciações e amortizações	(5.459)	(5.269)
Exaustão	(3.659)	(3.117)
Despesas com pessoal	(21.984)	(19.165)
Despesas com transporte	(20.830)	(19.337)
Despesas comerciais	(4.090)	(4.088)
Impostos e taxas	(44)	(82)
Outros	(2.421)	(1.675)
Total	(400.082)	(379.862)
Custo dos produtos vendidos	(362.967)	(346.603)
Despesas comerciais	(27.193)	(25.396)
Despesas gerais e administrativas	(9.922)	(7.863)
Total	(400.082)	(379.862)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Correção monetária processo judicial	-	7
Rendimentos aplicações financeiras	29.906	19.037
Descontos e juros obtidos	17	59
Outras	3	1
Variação cambial ativa	15	-
Receitas financeiras	29.941	19.104
Descontos concedidos	(7)	(5)
Outras	(50)	(36)
Variação cambial passiva	(35)	-
Despesas financeiras	(92)	(41)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa de imposto de renda e contribuição social para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é reconciliada com as alíquotas oficiais, conforme segue:

	2025	2024
Alíquota Efetiva		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	114.484	90.493
Alíquota básica de impostos	34%	34%
Despesas fiscais à alíquota básica	(38.925)	(30.768)
(Adições) excluídas permanentes:		
Incentivos fiscais	-	77
Doações de incentivos fiscais	612	442
Incentivo lei do bem	153	166
Outros	338	238
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(37.822)	(29.845)
Corrente	(38.336)	(30.536)
Diferido	514	691
Alíquota Efetiva	33,04%	32,98%

A alíquota utilizada nas conciliações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária. A composição dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais sobre diferenças de taxas de depreciação e demais diferenças temporárias, está descrita a seguir:

	Balanco patrimonial		Resultado
	31/12/2025	31/12/2024	2025
Provisão créditos de liquidação duvidosa	653	719	(66)
Provisão para perda de estoques	58	147	(89)
Provisão estoque em trânsito	213	219	(6)
Depreciação	(3.207)	(3.624)	417
Provisão de contingências	6	54	(48)
Provisão de PPR e Remuneração Variável	658	610	48
Valor justo ativo biológico	125	-	125
Outras provisões	206	72	134
Ativo (Passivo) de impostos e contribuições diferidos	(1.288)	(1.803)	515
Impostos de renda diferido	(947)	(1.326)	379
Contribuições sociais diferidas	(341)	(477)	136

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguros no valor de R\$398.000 contra incêndio, R\$1.000 contra danos elétricos, R\$40.000 contra vendaval, R\$400 contra roubo e furto, R\$3.000 de Responsabilidade Civil Operações e R\$3.000 de Responsabilidade Civil Empregador, R\$1.000 para quebra de máquina, R\$200 para equipamentos eletrônicos, R\$500 desmoroamento, R\$1.000 Fermentação espontânea, R\$1.000 pequenas obras de engenharia e R\$1.378 para florestas.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2026, a Companhia adquiriu uma área de 72 hectares no valor de R\$1.715 localizada no município de Cachoeira de Goiás, Estado de Goiás, destinada ao plantio e colheita de madeira de Eucalipto.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da Goemil S/A Indústria de Produtos Alimentícios
Palmeiras de Goiás - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goemil S/A Indústria de Produtos Alimentícios ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às

circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Felipe Hoepfers de Souza
Contador CRC RS-100096/O

GOEMIL DIGITAL pdf

Código do documento 298ebdde-9184-48e9-8f13-17262b305665



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

16 Mar 2026, 08:54:08

Documento 298ebdde-9184-48e9-8f13-17262b305665 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-16T08:54:08-03:00

16 Mar 2026, 08:55:10

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-16T08:55:10-03:00

16 Mar 2026, 08:55:33

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.32.202 (177-223-32-202.linqtelecom.com.br porta: 56930) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2026-03-16T08:55:33-03:00

Hash do documento original

(SHA256):839f8f590f6e79f5102fea7588199f326b3cd23871a720f33fa816dd34a90619
(SHA512):221f91137a359c384613f72a4dfc1fefc949baa6fa698103ec60deca2ab16150d3a5a183e741931566f0062d8dd3e46160470ab3509bbf9bdf4f77edf903a1dd

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.